



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PARTIDO NOVO, DIRETÓRIO NACIONAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.405.866/0001-24, com sede no Setor de Rádio e TV Sul, Quadra 701, Lote 5, Bloco B, Sala 322, Centro Empresarial 2 Brasília, Brasília/DF, CEP: 70340-000 representado, neste ato, conforme documentos estatutários e procuração em anexo, por seu presidente nacional **EDUARDO RODRIGO FERNANDES RIBEIRO**, inscrito no CPF sob o nº 010.259.999-83, portador do documento de identidade nº 4.452.538, SSP/SC, representado judicialmente pelos advogados infra-assinados, vem, perante Vossa Excelência, ajuizar

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE COM PEDIDO LIMINAR

em face da Lei Complementar Estadual nº 1.399, de 28 de maio de 2024, por meio da qual alterou a Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

de 2015 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo), para estabelecer o regime jurídico sobre licença compensatória a ser concedida aos Procuradores do Estado de São Paulo.

I - DOS FATOS

1. No dia 8 de novembro de 2017, o, à época, Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin encaminhou o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 31, de 2017, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com a finalidade de alterar três pontos da Lei orgânica da Procuradoria Geral do Estado de São Paula.

2. Foram eles: (i) **alterar** a base de cálculo da Gratificação por Atividade Especial (GAE) paga aos integrantes da carreira de Procurador do Estado de São Paulo que estiverem no exercício de atividades próprias do cargo em condições de especial dificuldade **decorrente da localização ou da natureza do serviço**; (ii) aperfeiçoar a composição do Conselho da Procuradoria Geral do Estado; e (iii) promover alteração em relação ao sistema de promoção na carreira de Procurador do Estado.

3. O PLC nº 31, de 2017, foi publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 9 de novembro de 2017, ocasião em que recebeu 5 (cinco) emendas, de autoria dos Deputados Estaduais Fernando Capez, João Paulo Rillo e Carlos Giannazi.

4. Após isso, iniciou-se a fase de discussão do aludido PLC. Com o seu término, o PLC nº 31, de 2017, encontrava-se pronto para deliberação dos parlamentares estaduais, tendo sido incluído na ordem do dia de 26 de dezembro 2017.

5. Acontece que não houve a análise. O aludido PLC somente veio a ser submetido à votação (deliberação) no dia 30 de novembro de 2022, ocasião em que dois terços dos membros da Assembleia Legislativa apresentaram emenda aglutinativa ao PLC nº 31, de 2017, **alterando**



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

completamente o objeto do anterior projeto encaminhado pelo Governador do Estado de São Paulo.

6. A emenda aglutinativa nº 6, de 2022, teve a seguinte justificativa:

[...] A presente emenda foi elaborada após discussões havidas com o Governo do Estado e a Procuradoria Geral do Estado, ante a necessidade de remodelar a propositura original, especificamente com vistas a retirar do texto a modificação da composição do Conselho da PGE-SP, bem como para prever a instituição de uma licença compensatória, em casos de desempenho das atribuições do cargo em condições de excesso de serviço, nos termos propostos. [...]

7. Entretanto, sabedor da limitação constitucional de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo para alterar o regime jurídico, o atual Governador do Estado de São Paulo encaminhou o Projeto de Lei Complementar nº 23, de 2024, com a seguinte exposição de motivos:

Tenho a honra de encaminhar à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei complementar para alteração da Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015 – Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado, de modo a: (i) acrescer deveres aos titulares de cargo efetivo de Procurador do Estado; (ii) prever a instituição de licença compensatória, na hipótese de desempenho das atribuições desse cargo em condições de excesso de serviço.

A Procuradoria Geral do Estado – instituição permanente, vinculada diretamente ao Chefe do Executivo, essencial à administração da justiça e à Administração Pública Estadual, responsável pela advocacia do Estado, com representação judicial e extrajudicial, e pela consultoria jurídica, recuperação de ativos e controle da dívida ativa – tem experimentado significativo acréscimo de complexidade no desempenho de suas atividades.

Neste cenário, não tem sido incomum a necessidade de exigir dos integrantes da carreira de Procurador do Estado, o desempenho de atividades extraordinárias e em condições de excesso de serviço. Noto, contudo, que o atual rol de vantagens não pecuniárias, estabelecido no artigo 113 da Lei Complementar nº 1.270, de 2015, prevê licenças de variadas naturezas sem contemplar, porém, a possibilidade de compensação decorrente de atuação de Procuradores do Estado em aludidas condições.

Deste modo, a proposta, além de prever a instituição da licença compensatória, trata como hipóteses em que os Procuradores do Estado farão jus a tal vantagem, o cumprimento de plantões em dias não úteis para o atendimento de providências extrajudiciais ou judiciais, a acumulação de atribuições de outro Procurador em virtude de férias ou



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

licença, bem como a participação, de forma cumulativa com suas atribuições ordinárias, de grupos de trabalho, comitês, mutirões, programas de colaboração ou quaisquer atividades públicas relevantes, congêneres, assim reconhecidas ou instituídas por ato do Procurador Geral do Estado ou por outro órgão ou entidade da Administração Pública.

Verifica-se, pois, que a instituição da licença, aliada à possibilidade de eventual indenização em caso de indeferimento do gozo por necessidade do serviço, mostra-se conveniente e oportuna, na medida em que dotará a gestão da Instituição de ferramenta hábil à plena consecução de todas as atribuições institucionais definidas na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Complementar nº 1.270, de 2015.

Além disso, a instituição da licença compensatória assegurará tratamento isonômico com outras carreiras jurídicas – que já adotaram instrumentos de gestão similares – e que exercem, tal como a Procuradoria Geral do Estado, funções essenciais à Justiça.

Importante destacar que Parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, sensíveis a essa necessidade, apresentaram emenda aglutinativa ao Projeto de Lei Complementar nº 31, de 2017, em trâmite naquela Casa de Leis, para instituição da licença compensatória aos integrantes da carreira de Procurador do Estado em moldes similares ao desta proposta.

Por fim, cabe registrar que, cuidando-se de vantagem não pecuniária, a presente proposta não apresenta impacto orçamentário-financeiro e a eventual indenização de compensações, cujo gozo tenha sido indeferido por necessidade do serviço, será arcada com recursos exclusivos do Fundo de Administração da Procuradoria Geral do Estado, a título de honorários advocatícios.

Este é, em apertada síntese, o cerne do anteprojeto de lei complementar que ora submeto à apreciação de Vossa Excelência, propondo o seu oportuno encaminhamento à Assembleia Legislativa, com fundamento no disposto no artigo 24, § 2º, item 3, da Constituição Estadual.

8. Como se denota da exposição de motivos do PLC nº 23, de 2024, não foi apresentado qualquer impacto orçamentário-financeiro na implementação da nova licença compensatória em casos de desempenho de atribuições do cargo em condições de excesso de serviço, sob a justificativa de que o seu pagamento dar-se-ia através de valores oriundos do Fundo de Administração da Procuradoria Geral do Estado, a título de honorários advocatícios.

9. O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, por maioria de votos, **o PLC nº 23, de 2024**. Com isso, adveio Lei Complementar Estadual nº 1.399, de 28 de maio de 2024, de São Paulo, que, como será demonstrado,



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

se encontra eivada de dois vícios: (i) de ordem formal e (ii) de ordem material.

10. O vício formal tem relação direta com a ausência de prévia estimativa de impacto orçamentário-financeiro na instituição de licença compensatória, que, como dito, poderá ter impacto em pagamento a maior de remuneração dos Procuradores do Estado de São Paulo, razão pela qual se mostra aplicável o art. 113 do ADCT da Constituição da República de 1988.

11. Os vícios materiais têm pertinência direta com três normas jurídicas constitucionais: (i) princípio da moralidade administrativa (art. 37, *caput*, da Constituição da República de 1988); (ii) princípio da igualdade (art. 5º, *caput*, da Constituição da República de 1988) e (iii) princípio da eficiência administrativa (art. 37, *caput*, da Constituição da República de 1988).

II – DO CABIMENTO

12. O art. 102, inc. I, alínea “a”, da Constituição Federal de 1988 fixa que a ação direta de inconstitucionalidade tem como finalidade impugnar lei ou ato normativo federal ou estadual.

13. No caso, busca-se a declaração de inconstitucionalidade total de lei estadual, qual seja a Lei Complementar Estadual nº 1.399, de 28 de maio de 2024, de São Paulo.

14. Por essa razão, a presente ação direta de inconstitucionalidade é cabível.

III - DA LEGITIMIDADE ATIVA

15. O art. 103, inc. VIII, da Constituição Federal de 1988 e o art. 2º, inc. VIII, da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, fixam que o partido político com representação no Congresso Nacional possui legitimidade



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

para propor ação direta de inconstitucionalidade.

16. Trata-se de uma das espécies de legitimados universais para a deflagração do controle abstrato e concentrado de constitucionalidade, razão pela qual os partidos políticos com representação no Parlamento não precisam demonstrar a pertinência temática com a discussão constitucional subjacente.

17. No caso, o Partido NOVO encontra-se devidamente registrado perante o Tribunal Superior Eleitoral, conforme documentos em anexo.

18. De acordo com a posição pacífica desse Supremo Tribunal Federal, a representação não precisa ser em ambas as Casas do Congresso Nacional, bastando a existência de uma única cadeira ocupada por parlamentar, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado Federal.

19. O Partido NOVO possui representação, tanto na Casa Alta, quanto na Casa Baixa, já que, pela sua sigla, foram eleitos três Deputados Federais, consoante documentos comprobatórios em anexo, e um Senador da República migrou de legenda partidária, filiando-se ao NOVO.

20. Assim, conclui-se que o Diretório Nacional do Partido NOVO possui legitimidade ativa para ajuizar a presente ação direta de inconstitucionalidade.

IV - DO ATO NORMATIVO IMPUGNADO E DAS NORMAS PARÂMETROS DE CONTROLE

21. A íntegra da Lei Complementar Estadual nº 1.399, de 28 de maio de 2024, de São Paulo, é o objeto da presente ação direta de inconstitucionalidade, cujo documento se encontra em anexo.

22. As normas constitucionais de parâmetro de controle de constitucionalidade serão o art. 5º, *caput*; o art. 113 do ADCT (necessidade de acompanhamento de estimativa de impacto orçamentário-financeiro); e o art. 37, *caput* (princípios da moralidade e da eficiência administrativas).



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

V - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

23. Para deixar a análise da presente ação mais didática, optar-se-á por levar em conta a estruturação dos temas de acordo com o vício a ser analisado.

V.A - DO VÍCIO FORMAL. VIOLAÇÃO POR FALTA DE ENCAMINHAMENTO DE ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (ART. 113 DO ADCT)

24. O art. 113 do ADCT da Constituição da República de 1988 vaticina que *a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.*

25. Trata-se de previsão constitucional aplicável a todos os Entes Federados, não constituindo qualquer violação à autonomia federativa, uma vez que se busca, através da aludida norma constitucional, a responsabilidade na gestão das contas públicas.

26. Essa é a posição pacífica do Supremo Tribunal Federal, como se percebe do seguinte acórdão:

EMENTA: Direito constitucional e tributário. Ação direta de inconstitucionalidade. IPVA. Isenção. Ausência de estudo de impacto orçamentário e financeiro. 1. Ação direta contra a Lei Complementar nº 278, de 29 de maio de 2019, do Estado de Roraima, que acrescentou o inciso VIII e o § 10 ao art. 98 da Lei estadual nº 59/1993. As normas impugnadas versam sobre a concessão de isenção do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) às motocicletas, motonetas e ciclomotores com potência de até 160 cilindradas. **2. Inconstitucionalidade formal. Ausência de elaboração de estudo de impacto orçamentário e financeiro. O art. 113 do ADCT foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que se destina a disciplinar “o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União”. A regra em questão, porém, não se restringe à União, conforme a sua interpretação literal, teleológica e sistemática. 3. Primeiro, a redação do dispositivo não determina que a regra seja limitada à União, sendo possível a sua extensão aos demais entes. Segundo, a norma, ao buscar a gestão fiscal responsável, concretiza princípios constitucionais como a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência (art. 37 da CF/1988). Terceiro, a inclusão do**



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

art. 113 do ADCT acompanha o tratamento que já vinha sendo conferido ao tema pelo art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, aplicável a todos os entes da Federação. 4. A exigência de estudo de impacto orçamentário e financeiro não atenta contra a forma federativa, notadamente a autonomia financeira dos entes. Esse requisito visa a permitir que o legislador, como poder vocacionado para a instituição de benefícios fiscais, compreenda a extensão financeira de sua opção política. 5. Com base no art. 113 do ADCT, toda “proposição legislativa [federal, estadual, distrital ou municipal] que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”, em linha com a previsão do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. 6. A Lei Complementar do Estado de Roraima nº 278/2019 incorreu em vício de inconstitucionalidade formal, por violação ao art. 113 do ADCT. 7. Pedido julgado procedente, para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei Complementar nº 278, de 29 de maio de 2019, do Estado de Roraima, por violação ao art. 113 do ADCT. 8. Fixação da seguinte tese de julgamento: “É inconstitucional lei estadual que concede benefício fiscal sem a prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro exigida pelo art. 113 do ADCT.”. (ADI 6303, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 14-03-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-052 DIVULG 17-03-2022 PUBLIC 18-03-2022) [grifos nossos]

27. No caso em comento, é importante assentar que a licença compensatória, apesar de, num primeiro momento, não promover o aumento da remuneração dos Procuradores do Estado de São Paulo, tem um impacto latente e patente de aumento de despesas permanentes de pessoal.

28. É cediço que, de acordo com o portal da transparência do Estado de São Paulo, a Procuradoria Geral do Estado, atualmente, sofre com um déficit de 423 (quatrocentos e vinte e três) Procuradores do Estado. Quer-se dizer: uma vacância de 35,16% do total de 1.203 (um mil, duzentos e três) Procuradores do Estado de todo o quadro da Procuradoria Geral.

29. Com isso, na prática, a licença compensatória será convertida na maioria dos casos (para não dizer em todos) em pecúnia indenizatória, uma vez que não será possível a concessão de dias de licença por conta da necessidade de serviço, nos termos do art. 113, § 3º, da Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo), com redação dada pela Lei



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

Complementar Estadual nº 1.399, de 28 de maio de 2024.

30. A falta de pessoal na Procuradoria Geral do Estado somente reforça que a licença compensatória se trata de uma medida para acréscimo remuneratório dos Procuradores do Estado, principalmente por não estar sujeita ao teto constitucional do inc. XI, do art. 37, da Constituição da República de 1988, haja vista ser verba indenizatória.

31. Por esse motivo, a pecúnia indenizatória da licença compensatória seria inconstitucional, por não constar em seus termos, conforme documentos em anexo, qualquer estimativa de impacto orçamentário, sobretudo, ao se levar em conta que a estrutura remuneratória da licença tem como base de cálculo **toda a remuneração do Procurador do Estado de Nível V**.

32. Por essa razão, os dias não licenciados e convertidos em pecúnia serão relacionados à remuneração de topo da carreira, independentemente de quem seja o beneficiado.

33. Essa demonstração é essencial para evidenciar que o pagamento da conversão em pecúnia indenizatória dos dias de compensação (licença compensatória) gera o custo anual R\$ 101.942.646,12 (cento e um milhões, novecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e quarenta e seis reais e doze centavos).

34. O aludido custo anual pode ser obtido a partir do número total de Procuradores do Estado (915 Procuradores) multiplicado pela remuneração global, cujo resultado deve ser multiplicado pela possibilidade máximo de 7 (sete) dias de compensação ao mês. Esse resultado, por fim, deve ser multiplicado pela quantidade dos doze meses por ano.

35. De acordo com o Balanço Geral do Estado de São Paulo no ano de 2023, conforme documento em anexo (página 54 do PDF), o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, que engloba os



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

valores recebidos a título de honorários advocatícios/sucumbenciais, chegou ao valor total de R\$ 36.560.621,00 (trinta e seis milhões, quinhentos e sessenta mil e seiscentos e vinte e um reais).

36. Quer-se dizer: o valor total potencial de ser gasto, caso convertida a licença compensatória em pecúnia indenizatória, é três vezes maior que o arrecadado pelo Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado.

37. Essa exposição demonstra que, ao contrário do que tentou fazer crer o legislador estadual e o Governo do Estado de São Paulo, não há reserva suficiente do Fundo de Administração da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (entenda-se: Fundo Especial da PGE) para arcar com os valores, razão pela qual pode haver a necessidade de complementação de verbas a serem alocadas pelo orçamento fiscal (despesa corrente de pessoal).

38. A dúvida sobre o potencial de ser utilizada verba em orçamento fiscal (despesa corrente de pessoal) demonstra que não há como entender como uma hipótese de não aplicação do art. 113 do ADCT da Constituição da República para exigir a estimativa de impacto orçamentário-financeiro no projeto de lei, **que não existiu**.

39. Aliás, esse raciocínio de dispensa não possui convergência no texto constitucional do art. 113 do ADCT da Constituição da República de 1988, uma vez que a referida norma constitucional é a responsabilidade na gestão fiscal, motivo pelo qual deve ser exigida a estimativa de impacto orçamentário-financeira em todo e qualquer projeto de lei, ainda que a serem pagos por verbas oriundas de pagamentos de ônus sucumbenciais.

40. Por essa razão, tem-se que a Lei Complementar Estadual nº 1.399, de 28 de maio de 2024, viola o art. 113 do ADCT da Constituição da República de 1988, de maneira que possui vício formal patente a torná-la inconstitucional.



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

V.B - DAS INCONSTITUCIONALIDADES MATERIAIS POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, DA IGUALDADE E DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

41. O art. 37, *caput*, da Constituição da República de 1988 estabelece que *a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.*

42. No caso em comento, a criação de licença compensatória, nos moldes como instituída pela Lei Complementar Estadual nº 1.399, de 28 de maio de 2024, viola o princípio da moralidade administrativa e da eficiência administrativa. Senão veja-se.

43. O conceito de moralidade, como *cediço*, é fluido e não presumível de ofício. Moral é uma noção que leva em conta questões internas e, principalmente, externas relacionadas a tempo e a espaço. Ou seja, uma coisa que pode ser (i)moral nesse momento, já (não) pode o ser em momento ulterior.

44. Moralidade, por isso, é estabelecida como um conceito relativo compreendido dentro da perspectiva de uma mudança fluida, a depender da perspectiva do próprio intérprete e da sociedade sobre a qual se interpreta o dispositivo legal.

45. Apesar disso, certo é que há uma zona certa positiva ou negativa, em que, respectivamente, se situa condutas que são moralmente aceitas e condutas que não são moralmente aceitas. É o caso, por exemplo, do nepotismo que não é aceito pela sociedade e pela legislação brasileira, ao passo que o é aceito o servidor público que devolve voluntariamente aos cofres públicos valores pagos a maior, sem que tenha incorrido para o equívoco.



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

46. O presente caso, com o devido respeito, evidencia uma hipótese de zona de certeza negativa, e não uma zona cinzenta ou de dúvida sob a moralidade da licença compensatória. Explica-se.

47. Os Procuradores do Estado de São Paulo são reputados como membros de uma carreira com natureza jurídica de função essencial à justiça. Isto é, trata-se de uma atividade necessária ao bom desempenho do aparato judicial no país.

48. Por consequência, são considerados como servidores do alto escalão do Poder Executivo, sendo submetidos administrativa e diretamente ao Procurador Geral do Estado e, em última instância, ao Governador do Estado de São Paulo. Veja-se são profissionais em que a escala hierárquica até o Chefe do Poder Executivo é muito menor do que comparada com outras carreiras.

49. Isso revela a circunstância de que os Procuradores do Estado são carreiras essenciais ao Estado brasileiro - no caso, ao Estado de São Paulo -, uma vez que promovem a defesa de políticas públicas e atuam na recuperação de valores para a recomposição do erário público.

50. A indicação de sua posição sobrelevada na estrutura administrativa paulista denota que, ao contrário do que se poderia pensar, os Procuradores do Estado de São Paulo possuem mais responsabilidades do que qualquer outro servidor público administrativo ou, até mesmo, empregados da iniciativa privada que não estejam em cargos de alto de escalão de gestão empresarial.

51. Por terem mais responsabilidades, os ônus são maiores, razão pela qual, ao contrário do que se poderia imaginar, não podem ter benesses injustificáveis pelo simples fato de serem Procuradores do Estado de São Paulo.

52. Aliás, esse é o ponto da zona de certeza negativa: por qual razão um Procurador do Estado de São Paulo possui maior privilégio do que



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

um empregado da iniciativa privada a ponto de ter direito de licença compensatória (**dias de folga**), quando possuem o mesmo grau de responsabilidade?

53. A resposta a esse questionamento evidencia que não há razão lógica, jurídica e argumentativa que sustente a criação da licença compensatória, sob o ponto de vista da moral objetiva, considerada aquela aceita pela senso comum.

54. É inimaginável cogitar que um servidor público, por excesso de serviço, poderá ter direito a 7 (sete) dias de folga (leia-se: de licença) por mês. Mais do que não imaginável, é imoral.

55. Não se pode possibilitar a criação de privilégios odiosos entre carreiras públicas e as próprias estruturas empresariais que incentivam o não aumento de produtividade no serviço público, uma vez que somente pesa a favor do servidor público - no caso, o Procurador do Estado de São Paulo - o acúmulo de serviço, quando, na verdade, essa é uma realidade de todo o cidadão brasileiro.

56. A criação da licença compensatória, por si só, é escandalosa sob o ponto de vista moral. Porém, quando se percebe a possibilidade de ser convertida em pecúnia pelo mesmo motivo de sua instituição (excesso de serviço e, logo, necessidade de serviço), vê-se que a licença compensatória é apenas uma justificativa para se dar um aumento salarial indireto a uma classe específica de servidores públicos paulistanos.

57. Por essa razão, tem-se que a licença compensatória, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 1.399, de 28 de maio de 2024, viola frontalmente a moralidade administrativa, prevista no *caput*, do art. 37, da Constituição da República de 1988.

58. Aliás, esse raciocínio abre brechas para a introdução de dois outros princípios que maculam a validade material da Lei Complementar Estadual nº 1.399, de 28 de maio de 2024. São eles: (i) o da igualdade e (ii)



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

o da eficiência administrativa.

59. Quanto à igualdade, é importante se ter em mente que o serviço público paulistano como um todo se encontra numa situação de déficit de servidores públicos, razão pela qual o excesso de trabalho e o acúmulo com outras atividades ou o acobertamento de férias ou afastamento de colegas passaram a ser a rotina institucional de recursos humanos do Estado.

60. Nessa linha, surge outro questionamento: por que os Procuradores do Estado de São Paulo possuem direito à licença compensatória (dias de folga) e os demais servidores não possuem?

61. Ora, o excesso de trabalho entre servidores público não altera. Trata-se da mesma justificativa ou razão de ser, ainda que as atividades funcionais sejam diversas.

62. Em outras palavras, o fato de as atribuições de Procuradores do Estado de São Paulo, por vezes, serem mais complexas de que servidores administrativos não justifica a criação de um privilégio odioso de uma carreira em detrimento da outra, mormente porque não diz respeito intrinsecamente à atividade fim por ela desempenhada.

63. Isso porque o excesso de trabalho ou o acúmulo de atividades, por diversas razões, acontece em toda e qualquer carreira do serviço público paulista, não sendo uma exclusividade por conta da natureza ou da peculiaridade da atividade exercida por Procurador do Estado de São Paulo.

64. A razão “excesso de trabalho ou acúmulo de atividades por conta de férias ou de afastamento de outro servidor, ou a assunção de atividades de gestão na instituição” é a mesma para toda e qualquer carreira do serviço público, motivo por que não há motivo justificável e razoável para se criar uma distinção dentro do serviço público.

65. Logo, a licença compensatória, instituída pela Lei



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

Complementar Estadual nº 1.399, de 28 de maio de 2024, viola o art. 5º, *caput*, da Constituição da República de 1988.

66. Como último ponto de inconstitucionalidade, é importante remorar que a estrutura normativa, estabelecida para a licença compensatória Lei Complementar Estadual nº 1.399, de 28 de maio de 2024, cria uma rede de desincentivos à produção e à eficiência administrativa, consistente na entrega da atividade de representação judicial da Fazenda Pública paulista sob o menor custo.

67. Pois, os Procuradores do Estado de São Paulo trabalham geralmente em dias úteis da semana - isto é, segunda, terça, quarta, quinta e sexta. Ou seja, 5 (cinco) dias da semana. Cada um mês possui ordinariamente 4 (quatro semanas). Logo, os Procuradores laboram em média 20 (vinte) dias por mês.

68. A licença compensatória possibilitará, por expressa disposição legal, a criação de uma rede de desincentivo ao trabalho e, sobretudo, à entrega de um serviço público ágil e de qualidade ao cidadão paulistano, uma vez que os Procuradores do Estado de São Paulo poderão ter até mais de 1/3 (um terço) de dias não trabalhados, por estarem de folga (em gozo da licença compensatória).

69. Repare-se, Excelência, que, caso um Procurador do Estado de São Paulo obtenha 7 (sete) dias por mês em 6 (seis) meses ao ano, chegar-se-ia ao cenário em que aquele membro teria 84 (oitenta e quatro) dias de folga por ano, sem contar os 30 (trinta) dias de férias, nos termos do art. 112 da Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

70. Por ano, o Procurador do Estado de São Paulo poderia ter 114 (cento e quatorze) dias de 240 (duzentos e quarenta) dias úteis por ano, sem contar feriados e pontos facultativos, para trabalhar em todo o ano civil. Ou seja, quase a metade do tempo produtivo de dedicação ao *munus publico* seria perdido.



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

71. A situação de acúmulo de serviço ou excesso de trabalho, que deu azo à criação ilógica da licença compensatória, não reduziria em curto, médio ou longo prazo, mas sim aumentaria ano a ano, já que quantos menos dias trabalhados há a maior chance de acúmulo de atividades e, por consequência, de aumentar o excesso de serviço ou de trabalho.

72. O rendimento do número de atividades passivas pessoais funcionais e da instituição propriamente dita poderia cair a ponto de atravancar toda a atividade pública de representação judicial e extrajudicial da Fazenda Pública paulista, causando prejuízos vultuosos aos cofres públicos.

73. E mais do que isso, a redução do número de dias trabalhados exigirá que a gestão da Procuradoria Geral do Estado contrate mais Procuradores do Estado ou, no mínimo, aumente o número de servidores administrativos e técnicos no desempenho das atividades, passando esses últimos a serem os verdadeiros responsáveis pela atividade-fim da Procuradoria Geral do Estado, o que é inadmissível.

74. Portanto, seja sob o ponto de vista prático e lógico, seja sob o ponto de vista de aumento de gasto público para a contratação de mais pessoal, a instituição da licença compensatória pela Lei Complementar Estadual nº 1.399, de 28 de maio de 2024, viola frontalmente o princípio constitucional da eficiência administrativa, na forma do art. 37, *caput*, da Constituição da República de 1988.

VI - DA CONCESSÃO DA MEDIDA CAUTELAR

75. O art. 10 da Lei nº 9.868, de 1999, permite que o Tribunal, por decisão da maioria absoluta, suspenda os efeitos do ato normativo impugnado - no caso, a Lei Complementar Estadual nº 1.399, de 28 de maio de 2024.

76. Para a sua concessão, mostra-se necessária a comprovação



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

77. Pela análise dos fundamentos jurídicos lançados no item V desta petição inicial, verifica-se que o *fumus boni iuris* está comprovado, pois, a Lei Complementar Estadual nº 1.399, de 28 de maio de 2024, padece de vícios formais e materiais.

78. Relembre-se que a ausência de prévia estimativa de impacto orçamentário-financeiro na instituição de licença compensatória poderá ter impacto em pagamento a maior de remuneração dos Procuradores do Estado de São Paulo, razão pela qual se mostra aplicável o art. 113 do ADCT da Constituição da República de 1988, como visto em provas documentais ora juntadas, inclusive diante da presença de fortes dúvidas de que o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado terá verba suficiente para arcar tal montante, o que exigirá o direcionamento de receitas do orçamento fiscal (despesa corrente de pessoal).

79. Os vícios materiais também tem pertinência direta com três normas jurídicas constitucionais: (i) princípio da moralidade administrativa (art. 37, *caput*, da Constituição da República de 1988); (ii) princípio da igualdade (art. 5º, *caput*, da Constituição da República de 1988) e (iii) princípio da eficiência administrativa (art. 37, *caput*, da Constituição da República de 1988), tendo havido o esclecimento de cada uma delas no item V.B da presente peça.

80. Quanto ao *periculum in mora*, é bom rememorar que o Supremo Tribunal Federal, enquanto guardião da Constituição (art. 102, *caput*), deve buscar o equilíbrio e a harmonia entre os Poderes Constituídos da República, sobretudo no que tange à limitação ao exercício abusivo de prerrogativas parlamentares consistentes em não observar o devido processo legislativo.

81. No caso em comento, demonstrou-se, através de provas documentais, que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, mesmo



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

ciente do atropelo às normas constitucionais do devido processo legislativo, decidiu, por maioria de votos, aprovar uma medida inconstitucional após negociações com a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e com entidades representativas dos interesses dos Procuradores do Estado.

82. Essa atuação não se deu para a criação de um benefício sem custo orçamentário, mas sim uma benesse a ser dispendida permanentemente como gasto de pessoal, haja vista a sua conversão realística em pecúnia indenizatória em favor dos Procuradores do Estado com impacto potencial anual de mais de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

83. Trata-se, portanto, de mais uma medida, infelizmente, de parte do serviço público que deseja promover o aumento de seus vencimentos, de sua remuneração ou de seu subsídio sem um debate sério e qualificado perante o Parlamento paulista para respeitar o direito do contribuinte.

84. Logo, pugna-se pela concessão de medida cautelar, nos termos do § 11, do art. 11, da Lei nº 9.868, de 1999, a fim de que sejam suspensos imediatamente os efeitos da Lei Complementar Estadual nº 1.399, de 28 de maio de 2024 até o trânsito em julgado da presente ação direta de inconstitucionalidade.

VII - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, o Partido NOVO requer:

(i) seja concedida a medida cautelar para suspender os efeitos da Lei Complementar Estadual nº 1.399, de 28 de maio de 2024 até o trânsito em julgado da presente ação direta de inconstitucionalidade, por estarem presentes os requisitos do art. 10 da Lei nº 9.868/1999;

(ii) a intimação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e do Governo do Estado de São Paulo para prestar as



GALDEANO & UMAR

ADVOCACIA ESPECIALIZADA

informações necessárias no prazo de dez dias, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.868/1999;

(iii) a intimação da Procuradoria-Geral da República e da Advocacia-Geral da União para, querendo, se manifestarem no prazo legal, na forma do art. 8º da Lei nº 9.868/1999; e

(iv) no mérito, a procedência do pedido para declarar a inconstitucionalidade total da Lei Complementar Estadual nº 1.399, de 28 de maio de 2024, levando em conta padecer de vícios de inconstitucionalidades por afronta ao art. 5º, *caput*; ao art. 113 do ADCT (necessidade de acompanhamento de estimativa de impacto orçamentário-financeiro); e ao art. 37, *caput* (princípios da moralidade e da eficiência administrativas).

Brasília/DF, 7 de junho de 2024.

Renan Galdeano François

OAB/RJ 196.156

Vitor Ribeiro Umar de Lima

OAB/RJ Nº 214.414

Ana Carolina Sponza Braga

OAB/RJ nº 158.492